

DARCY RIBEIRO: A BIOGRAFIA DE UM HOMEM PÚBLICO (1962–1969)

Luiz Otávio Pereira Rodrigues¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória político-intelectual do antropólogo Darcy Ribeiro (1922–1997) durante a década de 1960. O objetivo reside em explicitar quais foram os elementos mobilizados por ele, no sentido de construir a sua imagem de homem público. Para isto, o recorte escolhido abrange os anos de 1962–69, e o material analisado foram os textos “A política Indigenista” (1962) e “A Universidade Necessária” (1969). O método utilizado foi a revisão de literatura guiada pelo conceito de aclimatação proposto por Antonio Brasil Jr. (2013). Com isto, foi possível recortar as obras e momentos decisivos neste processo, e como sugerido por André Botelho (2019), evidenciar as singularidades na relação entre Estado e sociedade, a partir da atuação de Darcy Ribeiro. A hipótese deste trabalho é que Darcy Ribeiro utilizou as posições de prestígio e poder que ocupou para construção de uma biografia apologética, e assim justificar as escolhas feitas na sua carreira política e acadêmica. Portanto, a seleção das obras supracitadas, se justifica no fato de terem sido escritas por Darcy Ribeiro enquanto fruto de iniciativas políticas lideradas por ele. Logo, explicitam os pontos chave deste processo. Bem como, elucidam o processo de construção dos argumentos de Darcy Ribeiro a luz das transições profissionais que fez, ao migrar das suas ocupações de etnólogo no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), passando pelas iniciativas educacionais em 1955–59, até aos cargos políticos de Ministro da Educação e Cultura e Chefe da Casa Civil em 1962. O artigo concluiu que o processo de criação de uma auto representação idealizada ocorreu por meio da elaboração e acúmulo documental empreendido por Darcy Ribeiro ainda em vida. Para tanto, nos seus textos existem uma retórica de pioneirismo, e comprometimento com o destino do povo brasileiro, às expensas de um suposto custo de abandonar a sua carreira estritamente acadêmica, e não enquanto uma escolha consciente que fez. Portanto, o intuito de Darcy Ribeiro era fortalecer a sua imagem de homem público, pioneiro e multifacetado e politicamente engajado.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro; Homem Público; Biografia; Serviço de Proteção ao Índio; Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

Darcy Ribeiro: the biography of a public man (1962–1969)

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense – UFF; Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF; Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense – UFF-ESR

DARCY RIBEIRO: A BIOGRAFIA DE UM HOMEM PÚBLICO (1962–1969)

Abstract

This paper aims to analyze the political-intellectual trajectory of anthropologist Darcy Ribeiro (1922–1997) during the 1960s. The objective is to explain what were the elements mobilized by him, in order to build his image as a public man. For this, the chosen clipping covers the years from 1962–69, and the material analyzed were the texts “The Indigenist Policy” (1962) and “The Necessary University” (1969). The method used was the literature review guided by the concept of acclimatization proposed by Antonio Brasil Jr. (2013). With this, it was possible to cut out the works and decisive moments in this process, and as suggested by André Botelho (2019), to highlight the singularities in the relationship between State and society, based on the performance of Darcy Ribeiro. The hypothesis of this work is that Darcy Ribeiro used the positions of prestige and power he occupied to construct an apologetic biography, and thus justify the choices made in his political and academic career. Therefore, the selection of the aforementioned works is justified by the fact that they were written by Darcy Ribeiro as a result of political initiatives led by him. Therefore, they explain the key points of this process. They also elucidate the process of constructing Darcy Ribeiro’s arguments in the light of the professional transitions he made, when he migrated from his occupations as an ethnologist in the Indian Protection Service (SPI), through educational initiatives in 1955–59, to the political positions of Minister of Education and Culture and Chief of Staff in 1962. The article concluded that the process of creating an idealized self-representation occurred through the elaboration and accumulation of documents undertaken by Darcy Ribeiro while he was still alive. To this end, in his texts there is a rhetoric of pioneering spirit, and commitment to the destiny of the Brazilian people, at the expense of a supposed cost of abandoning his strictly academic career, and not as a conscious choice he made. Therefore, Darcy Ribeiro’s intention was to strengthen his image as a public man, pioneering and multifaceted and politically engaged.

Keywords: Darcy Ribeiro; Public Man; Biography; Indian Protection Service; Brazilian Center for Educational Research.

Darcy Ribeiro: la biografía de un hombre público (1962–1969)

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la trayectoria político-intelectual del antropólogo Darcy Ribeiro (1922–1997) durante la década de 1960. El objetivo es explicar cuáles fueron los elementos movilizados por él, con el fin de construir su imagen como hombre público. Para ello, el recorte escogido abarca los años de 1962–69, y el material analizado fueron los textos “La política indigenista” (1962) y “La universidad necesaria” (1969). El método utilizado fue la revisión bibliográfica guiada por el concepto de aclimatación propuesto por Antonio Brasil Jr. (2013). Con esto, fue posible recortar las obras y los momentos decisivos de este proceso, y como sugiere André Botelho (2019), resaltar las singularidades en la relación entre Estado y sociedad, a partir de la performance de Darcy Ribeiro. La hipótesis de este trabajo es que Darcy Ribeiro utilizó las posiciones de prestigio y poder que ocupaba para construir una biografía apologética, y así justificar las decisiones tomadas en su carrera política y académica. Por lo tanto, la selección

DARCY RIBEIRO: A BIOGRAFIA DE UM HOMEM PÚBLICO (1962–1969)

de las obras mencionadas se justifica por el hecho de que fueron escritas por Darcy Ribeiro como resultado de iniciativas políticas lideradas por él. Por lo tanto, explican los puntos clave de este proceso. También dilucidan el proceso de construcción de los argumentos de Darcy Ribeiro a la luz de las transiciones profesionales que realizó, cuando migró de sus ocupaciones como etnólogo en el Servicio de Protección Indígena (SPI), a través de iniciativas educativas en 1955–59, a los cargos políticos de Ministro de Educación y Cultura y Jefe de Gabinete en 1962. El artículo concluye que el proceso de creación de una autorrepresentación idealizada ocurrió a través de la elaboración y acumulación de documentos emprendida por Darcy Ribeiro en vida. Para ello, en sus textos hay una retórica de espíritu pionero, y de compromiso con el destino del pueblo brasileño, a costa de un supuesto costo de abandono de su carrera estrictamente académica, y no como una elección consciente que hizo. Por lo tanto, la intención de Darcy Ribeiro era fortalecer su imagen como hombre público, pionero, multifacético y comprometido políticamente.

Palabras clave: Darcy Ribeiro; Hombre Público; Biografía; Servicio de Protección al Indio; Centro Brasileño de Investigación Educativa.

INTRODUÇÃO

Segundo André Botelho e Gabriela Nunes Ferreira (2022), na tradição do pensamento social brasileiro, um dos temas que mais provocou interesse nos investigadores, e por extensão, acabou sendo um dos mais debatidos, são as relações entre Estado e sociedade no Brasil. Como lembram os autores, as análises feitas nesta seara não se restringiram apenas aos acadêmicos, ao longo das décadas, também foi mote de reflexão de atores políticos – a despeito das suas inclinações ideológicas e teóricas – em diversos momentos. Portanto, os estudos das relações entre Estado e sociedade conformaram um amplo e consolidado campo de interpretações no Brasil. Perfazendo um grande volume de dados das mais variadas matizes que, por sua vez, foi assumido pelas ciências sociais brasileiras na sua heterogeneidade de trabalhos. Desta maneira, os últimos 100 anos são um espaço privilegiado para discutir, uma vez mais, o tema do Estado-nação. Na palavra dos autores, “o polo da autoridade pública, encarnado no Estado, e o polo da solidariedade social, na nação, enfim, se coloca como um problema, uma necessidade, um desafio” (BOTELHO; FERREIRA, 2022, p. 44). Neste eixo temático que se localiza o presente artigo: por meio de uma análise da trajetória e obra do antropólogo mineiro Darcy Ribeiro, mostrar como ele em sua época utilizou dos mecanismos legados pela relação Estado e sociedade brasileira

para construir a sua biografia de homem público. Desta forma, a hipótese condutora deste trabalho: Darcy Ribeiro utilizou a sua posição de poder e prestígio para construção de uma biografia legitimadora das suas posições políticas e intelectuais ao longo da sua carreira. Isto é, a elaboração de justificativas para convencer da validade das suas ações.

Portanto, o período analisado foram os anos de 1962–1969, fase em que Darcy estava em transição das suas ocupações de etnólogo no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), para um interstício entre a educação e a política. Darcy, após deixar o SPI, foi um dos idealizadores e docentes do curso de Antropologia Cultural no Museu Nacional em 1955. Nesta instituição, Darcy lecionava na cadeira de Etnografia Brasileira – antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Esta atuação lhe rendeu o convite de Anísio Teixeira (1900–1971), para se juntar à iniciativa do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) em 1957. O papel desempenhado por Darcy junto a Anísio o credenciou para ser responsável pela implementação da Universidade de Brasília (UnB) em 1959. Este caminho, o projetou na arena política partidária na condição de Ministro da Educação e Cultura, e pouco tempo depois, Chefe da Casa Civil em 1962. No entanto, o seu trajeto foi obstruído pelo Golpe de Estado, seguido da Ditadura Militar em 1964, forçando-o a condição de expatriado por doze anos, até o seu retorno definitivo em 1976, seguido da retomada das suas atividades políticas.

A metodologia utilizada foi a revisão de literatura orientada pelas concepções dos sociólogos Antonio Brasil Jr. (2013; 2015) e André Botelho (2019). Com isto, a escolha das obras e recorte temporal da trajetória darcyniana se baseia no conceito de aclimatação. Pois, mediante a seleção e análise das obras específicas possibilitam elucidar quais foram os momentos decisivos do fenômeno estudado (BRASIL JR., 2013, p. 32–33). Por isto, a fase analisada se restringe aos anos de 1962–69. Data a publicação dos livros 'Política Indigenista' (1962) e 'A Universidade Necessária' (1969), o material escolhido para investigação. Porque, tratam-se de textos representativos de um momento singular na carreira de Darcy Ribeiro: o afastamento da etnologia, em detrimento de uma carreira política. Fase em que Darcy já havia se consolidado no campo da antropologia brasileira por meio da sua extensa

atuação no Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e publicações de livros etnológicos; e pouco depois de ter se desligado do órgão, deu início a sua carreira pública. A convite de Anísio aderiu a causa educação – bandeira que empunhou pelo resto de sua carreira –, e na sequência assumiu o cargo de Ministro da Educação e Cultura e Chefe da Casa Civil em 1962. Portanto, foi possível captar o momento decisivo da trajetória de Darcy Ribeiro em que ele reuniu os elementos necessários para a construção da sua biografia.

Cumprir notar que Darcy Ribeiro sempre foi um representante de Estado, desde o primeiro até o seu último cargo, e os escritos supracitados são frutos de iniciativas políticas capitaneadas pelo antropólogo mineiro. A primeira, enquanto membro do SPI, a segunda, na condição de gestor responsável pela implementação da Universidade de Brasília (UnB). Em outras palavras, não só o período de transição do indigenismo à educação, bem como a construção definitiva da figura de Darcy Ribeiro enquanto um homem público. A trajetória até esta posição foi ancorado no discurso do domínio de instrumentos científicos. Por esta razão, a partir de 1969 em diante, o tema educacional se fez presente nas suas obras antropológicas bem como os seus textos autobiográficos, mas, enquanto uma ferramenta política de transformação social. Nestes escritos, há um duplo enquadramento; o primeiro, versa acerca da função política que esta instância deveria exercer para a ajudar a construir um Brasil segundo o imaginário darcyniano; o segundo, em situar a sua ação pública e produção intelectual a posição de pioneirismo, a fim de justificar as ações presentes em sua trajetória, sejam erros ou acertos. Assim, Darcy Ribeiro buscou minimizar os elementos que podem ser lidos enquanto facilitadores da sua inserção político-intelectual, bem como fundamentar as escolhas dos empreendimentos aos quais esteve envolvido, para a um só passo, legitimar a politização do saber científico que realizou ao longo da sua carreira. Desta forma, pôde construir uma biografia em torno dos seus feitos. Uma ação que ganhou ímpeto a partir da década de 1970, quando foi diagnosticado com câncer pela primeira vez. Portanto, foi um ato orientado pelo seu objetivo consciente e expresso ainda em vida de controlar a sua biografia póstuma (HEYMANN, 2012). E, também, criar um nexos entre sua obra acadêmica e ação na arena pública em torno de um compromisso político autoimposto frente às transformações sociopolíticas nacionais (RODRIGUES, 2022a) que, por si só, produziria uma coerência interna entre todas as atividades que exerceu.

DARCY RIBEIRO: A BIOGRAFIA DE UM HOMEM PÚBLICO (1962–1969)

Darcy, após ter se tornado um homem público e vitimado pelo câncer, investiu na elaboração de relatos biográficos². Estas obras passaram a justificar os porquês de trocar a universidade cheia de “erudição gratuita” (RIBEIRO, 1969, p. 68), por uma “ciência comprometida com o destino humano” (RIBEIRO, 2013b, p. 26). Nestes textos há um elemento em comum: a politização das ciências sociais na sua carreira, que se expressa pelas influências de Herbert Baldus, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e Anísio Teixeira.

ANOS INICIAIS: DE MINAS AO MUNDO (1944–1957)

Darcy Ribeiro nasceu em 1922 na cidade de Montes Claros, no estado de Minas Gerais. Em 1938 terminou o ensino secundário, e ainda que mal preparado se mudou para Belo Horizonte no ano seguinte para cursar a faculdade de medicina, mas não se adequou ao curso, e se rendeu à boemia da capital mineira. Durante esta fase, aderiu ao comunismo em 1940 e no ano seguinte, ainda matriculado na área da saúde, influenciado pela militância começou a frequentar os cursos da Faculdade de Filosofia. Em 1943 foi convocado para servir ao exército, no entanto, acabou dispensado por ser fisicamente inapto, ainda neste ano, retornou a sua cidade natal, e comunicou a sua família a decisão de abandonar a faculdade de medicina. No ano de 1944 recebeu dois convites de estudos: primeiro, de um embaixador canadense para ir à Montreal, o segundo, do sociólogo estadunidense Donald Pierson (1900–1995), para cursar o bacharelado de ciências sociais na recém-criada Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) na cidade de São Paulo. Aceitou o convite Pierson ainda naquele ano, e deixou Montes Claros novamente.

Em 1945, Darcy passou a ser orientado pelo etnólogo alemão Herbert Baldus (1899–1970), e passou a se dedicar à antropologia. Ainda que tenha se mantido fiel ao comunismo a nível político, no plano acadêmico, se converteu ao funcionalismo. Em suas palavras: “Aprendi muito com Baldus. Aprendi sobretudo a fazer meu seu ideal científico de estudar a natureza humana pela

² Testemunho (1990); Carta: falas, reflexões, memórias. Gabinete do Senador Darcy Ribeiro (1991); Migo (1994); Mestiço é que é bom (1997); Confissões (1997).

observação dos modos de ser, de viver e de pensar dos índios do Brasil" (RIBEIRO, 1997, p. 97).

Darcy se graduou em ciências sociais com especialização em etnologia, em 1946. Contudo, deve-se chamar atenção para o fato de que não há registros formais desta especialização. Em outras palavras, foi uma ênfase que o antropólogo mineiro deu ao próprio currículo, em virtude de ter frequentado os "Seminários Pós-graduados de Etnologia" ministrados pelo seu orientador (BRITO, 2017, p. 34). Baldus lhe conseguiu uma oportunidade de etnólogo indigenista quando o apresentou para o General Cândido Mariano da Silva Rondon (1865–1958). Com isto, Darcy estudou toda a bibliografia indígena que pôde, e realizou o seu primeiro trabalho de campo junto a Rondon no sul do Mato Grosso, onde fez as suas pesquisas sobre os *Terena*, *Kaiowá*, *Ofaié* e *Kadiwéu*, e se concentrou na última etnia.

O destaque no campo acadêmico chegou por meio do prêmio Fábio Prado de Ensaio, mediante a publicação de 'Religião e mitologia Kadiwéu: ensaios sobre o saber, o azar e a beleza' (1950). O que pouco tempo depois o impulsionou para o campo político. Ainda enquanto membro do SPI participou das atividades culturais de implementação do Museu do Índio em 1953; Parque Indígena do Xingu (1954–57), do primeiro curso de pós-graduação de Antropologia Cultural no Brasil, no Museu Nacional em 1955. Compôs a diretoria da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na gestão (1955–1959) (RODRIGUES, 2022c, p. 38). Em 1956 participou da equipe organizada pela UNESCO³ para o estudo das relações inter-raciais no Brasil. O ano de 1957 foi que se abateu uma crise sobre o SPI, e fez com que Darcy fosse desligado do órgão, momento em que se juntou à pauta educacional ao aceitar o convite de Anísio Teixeira, o CBPE. Trabalhar com Anísio rendeu-lhe a incumbência de planejar e implementar a Universidade de Brasília (UnB) em 1959. A construção foi concluída em 1961, e Darcy foi o primeiro reitor da instituição. Em 1962, o Primeiro-Ministro de João Goulart (1919–1976), Hermes Lima (1902–1978), nomeou Darcy Ministro da Educação e Cultura, e ano seguinte recebeu a nomeação para Chefe da Casa Civil, ocupação exercida até o Golpe Militar em 1964, que o forçou ao exílio.

³ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

A fase que Darcy Ribeiro esteve fora até o seu retorno definitivo ao Brasil durou um total de doze anos (1964–1976). Este foi um período intelectualmente profícuo e politicamente ativo para o antropólogo. Neste ínterim, ele escreveu os Estudos de Antropologia da Civilização⁴ lecionou por diferentes países do continente latino-americano, esteve presente em congressos acadêmicos no exterior, e também participou de projetos de reforma universitária, assessorando diferentes governos (RODRIGUES, 2022b).

A 'PASSAGEM' DE UM LEGADO (1958–1962)

A forma a que Darcy Ribeiro se refere a Rondon é de se chamar a atenção, de modo a idealizar a imagem do militar, colocando-o na posição de “o grande paladino da causa indígena” (RIBEIRO, 1958, p. 100). Pode-se notar um duplo movimento, a exaltação das virtudes e feitos rondonianos, ao passo que Darcy associava a sua imagem ao seu mentor nos momentos áureos de funcionamento do SPI. Em seus textos, Darcy enfatizou a narrativa de proximidade ao Rondon, conseqüentemente, ao SPI em passagens como,

Fiquei galvanizado instantaneamente pela bela figura índia de Rondon, pela dignidade de sua fisionomia, pela energia de seu olhar, pela naturalidade de seu mando [...] fiquei atado a Rondon pela vida inteira. Ao fim de cada expedição, ia vê-lo para contar como estavam vivendo e morrendo os índios que visitava (RIBEIRO, 2010, p. 31).

Conforme relatado por Darcy (2010), esta proximidade, lhe rendeu prerrogativas como: levar um para uma de suas expedições a região dos povos Bororo, uma gravação feita por Rondon falando no idioma da tribo, e chancelando as ações de Darcy enquanto etnógrafo nesta comunidade. Uma vez que ele passou a ser os olhos, ouvidos e boca do militar, assim, tudo o que ele dissesse, equivaleria à própria presença e mando do Rondon (RIBEIRO, 2010, p. 32). A defesa do legado rondoniano não se deteria puramente a transferência de autoridade, mas, nas palavras de Darcy (2010, p. 35) chegaria ‘nas vias de fato’, quando ele trocou tapas com um inspetor dos postos indígenas, que, segundo ele, era

⁴ O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural (1968); As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos (1969); Os brasileiros: teoria do Brasil (1969); Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno (1970); O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes (1971).

condescendente com a exploração de madeira e plantio das terras protegidas pelo SPI. Darcy Ribeiro narra que, “Rondon morreu com as mãos nas minhas mãos, dizendo, trêmulo, frases do catecismo positivista: “Os vivos são conduzidos pelos mortos! O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”” (RIBEIRO, 2010, p. 35). Isto é, um rito de passagem da autoridade tutelar.

Segundo Darcy Ribeiro (1958, p. 99–100), há quatro princípios na atuação indigenista de Rondon: 1) Morrer se for necessário, matar jamais; 2) respeito às populações indígenas a despeito da sua rusticidade nas crenças e modos de vida, de modo que permitir que elas evoluem à medida que forem capazes; 3) a garantia da posse dos territórios indígenas necessários para a sua sobrevivência e 4) a garantir o direito que os indígenas recebam proteção direta do Estado, uma vez que são incapazes de competir com a sociedade tecnologicamente muito superior instaurada no seu território. Há de se ressaltar que no terceiro tópico fica evidente a perspectiva evolucionista presente no SPI, na qual o indígena enquanto um futuro civilizado a ser integrado à franja urbana. Enquanto que no quarto item fica explícito o papel atribuído ao Estado, e por extensão, a função atribuída membros do SPI de tutelar as populações indígenas.

Darcy elaborou e sustentou uma narrativa na qual a importância da atuação de Rondon foi ampliada, e isto fica evidente ele quando relata a forma que se deu a criação do SPI mediante a atuação do militar. Nas suas palavras, “esse acontecimento representa para os índios o que representou a Abolição para os escravos” (RIBEIRO, 2010, p. 36). Por esta razão, o antropólogo mineiro (2010) defende que a culpa a do problema indígena é civilização urbana e, justamente por serem os agressores que invadiram os seus territórios, devem prestar uma compensação. Um ato que só pode ser feito pelo poder público, ou seja, “é um amparo que só o Estado pode dar e deve dar” (RIBEIRO, 2010, p. 78–79). Ao observar o trecho que Darcy diz que, “o paternalismo da proteção oficial do Estado, brutalmente assimilacionista, por doutrina ou por ignorância deu lugar a uma atitude mais respeitosa diante dos índios” (RIBEIRO, 2010, p. 95), fica patente a sua intenção implícita de ressaltar este dado enquanto resultado da herança rondoniana, bem como da própria atuação enquanto esteve ligado ao SPI.

Mesmo que em vida, Darcy (1997, p. 62; 2013a, p. 35) tenha se declarado comunista, e preconizado Estado enquanto uma instância decisiva nas resoluções dos problemas e dinamização da vida coletiva ao longo da sua carreira; também realizou amplas críticas ao marxismo por meio da mobilização do indigenismo. O autor mineiro (2010, p. 103) argumentava que a estratificação social era um fenômeno muito mais recente que as identidades étnicas, e na sua avaliação, é muito possível que no decurso da história de longa duração, as classes desapareçam primeiro do que a nacionalidade. Por isto, negar a identidade das populações indígenas, mesmo que elas estejam fora do esquema marxista usual de classes, é uma forma de contribuir para a sua situação de opressão. Contudo, este pressuposto constrói um cenário no qual Darcy, é um agente municiado do saber técnico e capital necessário para exercer este papel de mediação. Como narrado por ele:

Pertenço à primeira geração de cientistas sociais brasileiros profissionalizados, e com formação universitária específica. Meus mestres foram alguns dos pais fundadores das ciências sociais modernas no Brasil. No caso da antropologia essa fundação se dá principalmente em São Paulo, que é onde a moderna antropologia brasileira nasce de muitas mudas (RIBEIRO, 2013, p. 31).

Fica explícito o processo de construção de autoridade também por meio da narrativa de formação científica. Assim, é criado o argumento de que o antropólogo, oriundo da mesma instituição onde ele se formou, possui as credenciais necessárias para ocupar um cargo no aparato estatal, e seria melhor capacitado para mediar as relações entre comunidades indígenas e a sociedade nacional.

A repetição é uma característica a ser evidenciada na composição dos textos de Darcy Ribeiro, pois, ainda que em diferentes volumes, há uma ampla reutilização não só ideias, mas de passagens e capítulos inteiros. Deste modo, ao confrontar as diferentes versões das suas autobiografias e textos antropológicos, pode-se identificar este aspecto. Esta atitude se intensificou durante o exílio, como demonstrado por Luciana Quillet Heymann (2012), no momento em que o antropólogo ainda em vida decidiu criar um arquivo com suas correspondências e publicações, para

DARCY RIBEIRO: A BIOGRAFIA DE UM HOMEM PÚBLICO (1962–1969)

futuramente se transformar numa instituição para continuar o seu legado. Portanto, esta atitude pode ser compreendida enquanto uma maneira de rotinizar um enquadramento específico que ele gostaria de ser lembrado, e, conseqüentemente, a quais ideias da sua obra deveriam circular.

DA ANTROPOLOGIA PARA O ESTADO (1962–1964)

Antônio Carlos de Souza Lima (1995, p. 19) mostra que nos textos sobre a atuação do SPI, estava presente a função de prestar um serviço de tutela aos indígenas. Esta ação era fundamentada pelo artigo 6º Código Civil Brasileiro de janeiro de 1917: a incapacidade civil relativa desta população. Darcy Ribeiro elaborou toda uma argumentação heroica sobre a ação do SPI, como se fosse um feito quase todo pessoal do Cândido Rondon, junto a um grupo seletivo de militares comprometidos com a causa indigenista. Darcy (1962, p. 9–10), nas primeiras páginas do livro *Política Indigenista Brasileira*, chama a atenção para os extermínios que vinham acontecendo no interior do país, e atribuiu ao Rondon a tomada de consciência do problema das populações originárias no país. Assim, “[o] índio verdadeiro que aguardava a intervenção salvadora do Governo” (RIBEIRO, 1962, p. 10). Em outra passagem Darcy afirmou que,

A feição prática da nova política indigenista se assentou na experiência pessoal de Rondon acumulada em vinte anos de atividades nos sertões de Mato Grosso. Positivista militante, orientara toda a sua vida de acordo com os postulados de Augusto Comte. Oficial recém-formado, recusara uma cátedra na Academia Militar, escolhendo, para atuar, o setor onde poderia mais eficazmente imprimir à tropa sob seu comando, uma feição construtiva e pacífica, tal como (RIBEIRO, 1962, p. 18).

Para Lima (1995, p. 19–20), Darcy relatou uma história de sofrimento e abnegação da atuação do SPI contra as oligarquias locais, protagonizada por membros excepcionais em condições extremas: florestas inóspitas, e às vezes em estado de guerra. O antropólogo mineiro reconhecia os problemas existentes no órgão, pois muitos indivíduos agiam segundo uma ideologia equivocada ao seu ver. No entanto, já minimiza o tom da crítica, porque ainda assim, eles foram capazes de realizarem feitos enormes. Lima (1995, p. 20) sublinha o fato de que independentemente da orientação dos estudos acerca do indigenismo brasileiro, seja a favor ou contra os pressupostos de Darcy, todos reproduzem de maneira fiel os

postulados existentes em 'A Política Indigenista' (1962). Convém destacar que o livro em questão era uma publicação oficial do Ministério da Agricultura, órgão que sediava o SPI. Na primeira versão da publicação, havia um projeto de reestruturação do SPI embasado nas teorias antropológicas dos anos 1950. Contudo, este trecho foi diluído ao longo das reedições das obras de darcynianas até desaparecer por completo (LIMA, 1995, p. 21).

Como mostrado por Lima, o pressuposto da necessidade da "tomada de posição no jogo político" (LIMA, 1995, p. 21–22), é uma característica que acompanha as ações políticas de Darcy Ribeiro desde a década de 1960. Desta maneira, o antropólogo mineiro nunca se interessou em pesquisar a fundo a história e a estrutura do SPI de uma perspectiva afastada. Na verdade, o fez na condição de um participante interessado, dando continuidade ao ponto de vista das ações tomadas pela referida agremiação. Com isto, havia a reprodução da outra história oficial de órgão público, organizada a partir de um discurso e critérios de verdade para aqueles que ocupavam locais chave nesta burocracia.

Sérgio Miceli (2001) mostra que durante a gestão de Getúlio Vargas (1945–1964), intelectuais foram recrutados para o exercício de diversas tarefas políticas e ideológicas, fenômeno explicado pela ampla intervenção Estatal. Isto culminou na ampliação das carreiras existentes, e propiciou também espaço de atuação para os novos especialistas daquele momento, tais como sociólogos, antropólogos, economistas e técnicos de planejamentos. Neste momento houve uma renovação no Estado, porque ao passo que a nova safra de cientistas sociais chegou aos postos-chaves da administração central, e outros grupos de intelectuais acabaram sendo excluídos (MICELI, 2001, p. 197). Com isto, "o Estado transforma-se, por essa via, na instância suprema de legitimação das competências ligadas ao trabalho cultural, técnico e científico" (MICELI, 2001, p. 203). Uma nova elite se formou assentada sobre a ideia de legitimidade intelectual e ética, o que lhes garante passe livre nos principais espaços de poder (MICELI, 2001, p. 210).

Lima (1995, p. 69) destaca que no desenvolvimento estatal brasileiro durante a ditadura Vargas havia um ideário de expansão territorial, a "Marcha para Oeste". Chancelando a invasão militar de territórios indígenas para a sua integração à nação, uma política e simbólica mitificada sob o manto do sertanismo. Este mesmo sertanismo que está nas bases da organização e funcionamento do SPI. Lima (1995,

p. 72) revela que esta era uma estratégia utilizada por Cândido Rondon em contato com a população indígena: levar um *gramofone* para a reprodução do Hino Nacional. A vista disso, fica patente que a atuação do SPI está organizada sob uma lógica de poder tutelar: a introdução de uma série de elementos disciplinares perante a população indígena para integrá-los à sociedade nacional. Portanto, remontando a sua característica básica: um órgão de matriz militar, organizado sob a lógica da guerra de conquista (LIMA, 1995, p. 74).

Seguindo o raciocínio militar, depois de conquistar é preciso gerir, sendo assim, “para a administração, o importante [...] é rotular genericamente populações e inseri-las num sistema codificado de atribuições positivas e negativas – um *status* portanto –, parte de um mecanismo imaginado como de governo nacional” (LIMA, 1995, p. 75). Lima (1995, p. 77) revela que a indianidade, conceito amplamente utilizado pelo SPI, não é explicativo das qualidades essenciais dos povos indígenas com que se travou contato nas expedições, como se queria fazer crer. Na verdade, é uma categoria fundamentalmente política, oriunda de tecnologias organizacionais que visavam a racionalização do território nacional. O autor supracitado (1995, p. 77) também mostra que nestes constructos políticos atribuidores de características, como latinidade e brasilidade, o componente indígena possui menor expressão. Logo, tornando-o passível de ser plenamente assimilado a sociedade nacional do decurso dos anos.

Segundo Darcy Ribeiro (1996), no momento que se estabelece um convívio estreito entre os indígenas e a sociedade nacional, são criados uma série de desafios que alteram o seu modo de viver. “Nenhuma oportunidade lhes é dada de preservar seu substrato biológico, sua sociedade e cultura em sua forma original” (RIBEIRO, 1996, p. 245). Contudo, esta condição cria o espaço ideal para atuação tutelar do SPI. Para Darcy (1996, p. 304), os momentos que antecedem a aculturação das tribos indígenas, em razão do impacto causado pela sociedade nacional, e levam a um grande processo dissociativo. Isto é, um fenômeno que causa a redução da população, coerção e perda dos seus elementos culturais de origem.

Entre os fatores de estabilização das populações indígenas está, em primeiro lugar, a incapacidade de seu equipamento tecnológico

para fazer face aos ocasionais períodos de penúria provocados por secas ou outros cataclismos que eliminam, periodicamente, parcelas da população, frustrando possibilidades de crescimento (RIBEIRO, 1996, p. 341).

Contudo, Darcy (1996, p. 486) argumenta que ao fim do processo aculturativo, ou seja, o abandono dos valores e modos de vida indígenas para a integração a sociedade nacional, este grupo permanece excluído. “Nenhum grupo pôde escapar a essa realidade; Só através da fuga individual se pode sair dela, mimetizando-se em “não-índio”, se esta simulação não chega a ser percebida e denunciada” (RIBEIRO, 1996, p. 486). Pode-se notar que na abordagem proposta por Darcy, independentemente do cenário, a população indígena se encontra em uma condição na qual a tutela do poder estatal se faz necessária para a garantia da sua subsistência.

A definição de Lima (1995, p. 142–143) de poder tutelar, é um conjunto de táticas e estratégias para formar um sistema de governo para as populações fora da lógica organizativa da sociedade nacional. O seu centro de decisão está situado em espaço geográfico alhures de muitos povos indígenas: a capital da República. Esta instância, por sua vez, tinha poder de transformar estas populações desconhecidas em cidadãos de uma comunidade nacional. No entanto, os indígenas só iriam conhecer o centro de poder através de uma relação mediatizada pelo SPI, portanto, eles seriam inseridos na população nacional com diferentes níveis de participação política. Isto, “viabilizaria que terras por eles ocupadas fossem tornados espaços “vazios”, prontos para serem utilizadas por cidadãos para tanto capacitados, ou por aparelhos de poder estatizados responsáveis pela defesa do “território nacional” (LIMA, 1995, p. 142–143). Cumpre notar, que o território nacional é colocado enquanto um ente monolítico, isto é, um único povo que partilha os mesmos valores.

Com isto, os moldes em que Darcy Ribeiro forjou as suas concepções e maneiras de tratar da temática indígena estão no âmbito da estrutura do Estado na sua feição militar. Assim, a lógica discursiva em voga à época dava-se por meio dos preceitos de uma instituição hierarquizada, e guiada pela ideia de nação. Logo, os sujeitos que vivem neste espaço devem ser disciplinados segundo os valores vigentes. No que concerne às especificidades

DARCY RIBEIRO: A BIOGRAFIA DE UM HOMEM PÚBLICO (1962–1969)

dos povos indígenas, – sistemas linguísticos e culturais diversos –, eles deveriam ser tutelados por um aparato público especializado, isto é, antropólogos e etnólogos devidamente capacitados. Uma forma de legitimar a atuação dos cientistas sociais no âmbito estatal, como destacado por Miceli (2001). Para além de ter ganho o Prêmio Fábio Prado de Ensaio em 1950, a vinculação da imagem de Darcy a de Rondon, o ajudou a angariar mais capital político e simbólico para se projetar publicamente. Assim, foi notado por Anísio, que naquela altura, já era nacionalmente reconhecido como uma autoridade no campo da educação. Convém destacar que todo este processo se deu a partir das hierarquias e discurso do Estado. Em outras palavras, fruto da projeção política que Darcy conseguiu durante a sua passagem no SPI.

Portanto, ao atrelar a sua imagem e trajetória a figura de Rondon, e, conseqüentemente, à uma instituição de Estado funcionando segundo os parâmetros que Darcy considerava ideais, pode-se perceber que há um movimento em direção a aquisição de capital simbólico (BOURDIEU, 2004, p. 35–36) destas instâncias, isto é, o compartilhamento do reconhecimento, honra e reputação por meio da aplicação politizada do conhecimento científico.

DA UNIVERSIDADE PARA A POLÍTICA (1965–1969)

Segundo Libânia Nacif Xavier (1999, p. 84), a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE)⁵ veio por meio da atuação de Anísio Teixeira para contornar dois problemas sofridos pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP): burocratização excessiva, e ausência de pesquisadores qualificados para tratar da educação. Para Anísio, a ineficiência de escola era explicada porque era uma instituição com uma estrutura alheia à realidade nacional. Além disso, também era burocrática e abstrata (XAVIER, 1999, p. 61–62). Xavier (1999, p. 92) focaliza o pressuposto de que o conceito de planejamento à época era sinônimo de mudança da realidade nacional. Assim, as ideias de planificação social orientavam as pesquisas nas ciências sociais

⁵ O CBPE foi criado pelo Decreto nº. 38.460, de 28 de dezembro de 1955, juntamente aos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais e outros projetos educacionais, tais como a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME), e a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), anteriormente sob os auspícios do INEP, passaram para os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (GOUVÊA, 2015, p. 146).

brasileiras, que ambicionavam intervir nos rumos dos acontecimentos. Estava em voga um novo modo de fazer sociologia, fundamentado em métodos de coleta e análise de dados, como *surveys*, entrevistas, bem como observações participantes, história de vida, mapas para a localização de fenômenos ecológicos. Bem como, emergiu um novo universo temático, como os estudos de comunidade, aculturação, assimilação e mobilidade social (XAVIER, 1999, p. 93).

Em paralelo aos esforços educacionais de Anísio, acontecia o Projeto UNESCO na América Latina. Esta iniciativa visava combater os efeitos sócio-políticos do nazifascismo no pós-segunda guerra. Para isto, cabia o dismantelamento de teorias raciais, bem como o acesso à educação de um modo não excludente, de modo que se tornava possível atender às novas demandas de gênero, classe e raça (XAVIER, 1999, 249). Neste elã, o ano de 1952 marca o período em que Anísio estabeleceu contato com os especialistas envolvidos no Projeto UNESCO, assim, eles também passaram a frequentar o INEP (FREITAS, 2001, p. 34). Esta proximidade permitiu o compartilhamento de agendas intelectuais e políticas que ajudaram a definir os temas de pesquisa e métodos utilizados nas ciências sociais e na educação (CORRÊA, 2013).

Charles Wagley (1913–1991) foi um dos antropólogos que participou do Projeto UNESCO, e colaborou com Anísio nas pesquisas educacionais do INEP. Wagley foi o responsável pelo contato de Darcy com Anísio, porquê persuadiu o educador a assistir uma conferência do antropólogo mineiro sobre a temática indígena (RIBEIRO, 1997, p. 181). Darcy narrou este evento da seguinte maneira:

Era uma conferência igual a muitas que eu fazia, naquela época, sobre os povos indígenas brasileiros e aspectos culturais da vida indígena, comparando e contrastando suas diversas fisionomias culturais. O certo é que comecei a conferência e, depois de falar uns dez minutos, vi que Anísio estava aceso, os olhinhos bem apertados, atento, comendo palavra por palavra do que eu dizia. Continuei a conferência, olhando para ele de vez em quando, de certa forma falando para ele. Em dado momento, Anísio começou a murmurar e eu custei a entender o que ele dizia. Vociferava: "São uns gregos! Uns gregos!" (RIBEIRO, 1997, p. 181).

Segundo Darcy (1997), este evento rendeu o convite em 1957 para dirigir a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS), órgão subordinado ao CBPE. Logo, também lhe conferiu o capital político e social por meio da adesão dos preceitos do Movimento Escola Nova, que tinha Anísio como um dos seus principais nomes.

Como destacado por Xavier (1999, p. 96), o CBPE utilizou do campo antropológico, o conceito de cultura a partir dos estudos de comunidade realizados em várias cidades do Brasil. Deste modo, o objetivo residia em apreender como a educação acontecia a partir da relação da cultural local *versus* a organização das instituições formais de ensino. A partir disso, poderia se estabelecer estratégias para a melhor fixação das escolas segundo as demandas locais. O resultado da pesquisa social desenharía os parâmetros da institucionalização escolar. Dito de outra forma, a intervenção dos cientistas sociais nos rumos do processo de mudança social, uma vez que para Anísio, a escola deveria funcionar enquanto uma agência de enculturação. O antropólogo Klaas Woortmann, que também participou do projeto UNESCO relata o impacto indireto do culturalismo em Darcy e Anísio em suas perspectivas de educação.

.... a divulgação do culturalismo no Brasil redundaria em uma mudança importante relativa ao conceito de selvagem, que é muito próximo do conceito de pré-lógico. Ele deixa de ser um estado para se transformar em estágio na medida em que a determinância deixa de ser racial para se tornar cultural. Portanto, se esse selvagem brasileiro pré-lógico é redimível, ele pode ser resgatado para civilização e para nação. E, ... (na visão de Anísio e de Darcy) ... a escola é que deveria fazer isso. Daí o combate feroz de Anísio Teixeira pela escola pública (XAVIER, 1999, p. 99).

Marcos César Freitas (2001, p. 35) mostra que a partir da concepção de que se deve conhecer o relacionamento da escola com a comunidade e as suas singularidades, criaram-se programas de pesquisa em que havia a associação da antropologia à sociologia da educação. “Dentre esses projetos, um dos mais conhecidos – e polêmico – foi o Programa de Pesquisas em Cidades Laboratório idealizado por Darcy Ribeiro quando coordenava a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais” (FREITAS, 2001, p. 35). A controvérsia vinha do entendimento que, ao se criar um “mapa cultural”, seria possível criar um “mapa educacional” adequado à realidade brasileira. No entanto, o substrato desta argumentação reforça uma imagem deletéria de no Brasil enquanto uma sociedade dual (FREITAS, 2001, p. 37). Reiterando assim, a ideia de

que era necessária uma ação do Estado por meio das suas autoridades competentes. Reificando o discurso político segundo a premissa do domínio de competências científicas.

Fernando Gouvêa (2015, p. 142) mostra que um dos motivos da dissolução do CBPE, foi o esvaziamento dos seus quadros que foram participar ao projeto da UnB, dentre os nomes estava o de Darcy. Portanto, pode-se dizer que a iniciativa da UnB era realização de uma 'mudança provocada', isto é, por meio da universidade realizar o seu "desejo de intervir na espontaneidade dos acontecimentos para mudar a feição das instituições, das mentalidades, da distribuição do poder, pondo uma regularidade nova à conduta cotidiana de homens e mulheres" (BÔAS, 2006, p. 13).

Para Darcy Ribeiro (2011, p. 15), apenas 'universidade inteiramente nova' seria capaz de prover uma renovação do ensino superior brasileiro. Ou seja, nada mais do que implementar o modelo utilizado em todos os países desenvolvidos. Logo, a novidade era o fato deste modelo seria aclimatado às condições e necessidades brasileiras. Com isto, esta universidade enfatiza o domínio e ensino das competências técnicas necessárias para o desenvolvimento tecnológico dentro do contexto brasileiro. Pois,

Só por esse caminho podemos acelerar o ritmo de incremento da nossa produção, de modo a reduzir e, um dia, anular a distância que nos separa dos países tecnologicamente desenvolvidos e que se apartam cada vez mais de nós pelos feitos de seus cientistas e técnicos (RIBEIRO, 2011, p. 17).

Portanto, o imperativo da reforma do ensino superior era a formação de mão-de-obra capaz de conduzir este processo. Darcy também atribuiu a UnB fosse um núcleo cultural para a cidade de Brasília (RIBEIRO, 2011, p. 17–18). Aos seus olhos, este era um papel que todas as universidades deveriam desempenhar, para que "a liberte do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana" (RIBEIRO, 2011, p. 20). Como dito anteriormente, Darcy mineiro ficou no projeto de implementação de universidade de Brasília até 1961, mas acabou deixando o cargo para assumir o cargo de Ministro da Educação e Cultura em 1962, no ano seguinte assumiu

enquanto Chefe da Casa Civil até o Golpe de 1964, e cassação dos seus direitos políticos (RODRIGUES, 2022b, p. 24–25).

Exilado, Darcy chegou no Uruguai em 1964 para lecionar antropologia na Universidade da República Oriental do Uruguai, e pouco tempo depois voltou a sua produção intelectual e atividades políticas em torno da pauta universitária. Dirigiu o Seminário sobre Estruturas Universitárias, na Universidade da República Oriental do Uruguai (RODRIGUES, 2022b, p. 25). Convém notar que Darcy Ribeiro foi exilado já dotado de um alto capital social que o facultou convites para lecionar em diferentes universidades latino-americanas, e participar de iniciativas de reforma e implementação de instituições universitárias e culturais. Portanto, a partir das experiências de criação da UnB pouco antes do exílio, e dos Seminários conduzidos na Universidade do Uruguai que vieram base para a escrita de 'A Universidade Necessária' (1969).

No texto aludido acima, Darcy (1969, p. 11) argumentou que as instituições de ensino superior na América Latina são apenas um transplante sem autenticidade que não exercem a função de transformar a cultura nacional. Assim, as universidades serviram apenas ao patronato nacional, assegurando-lhes privilégios sem transformar positivamente a realidade do povo, que foi compelido a exercer o papel de proletariado externo. Portanto, destinado a manter as regalias da classe dominante por meio do seu trabalho (RIBEIRO, 1969, p. 15). Para Darcy (1969, p. 16), o movimento estudantil deste período não estava comprometido com uma luta revolucionária, e não tinha uma postura efetivamente radical.

Mesmo a militância estudantil, tida como a grande bandeira de nossa rebeldia e combatividade, pela generosidade com que a juventude universitária se empenha nas lutas pela liberdade e progresso, fez menos, e provavelmente, do que poderia ter sido feito se estivesse comprometida numa luta efetivamente revolucionária. De fato, a militância estudantil não chega, sequer, a consolidar um número considerável de pessoas nas posturas radicais da juventude. A imensa maioria dos nossos estudantes, quando diplomados, tornam-se cidadãos dóceis e profissionais eficazes na defesa da ordem vigente com todas as suas desigualdades e injustiças (RIBEIRO, 1969, p. 16).

Segundo Darcy (1969, p. 16), uma leitura maliciosa da militância estudantil do período poderia sugerir que eles realizassem um treinamento da próxima geração que irão atuar enquanto os futuros donos do poder.

Darcy (1969, p. 40–41) mostrou que os diferentes modelos universitários surgiram de acordo com os contextos políticos nacionais nos momentos das suas criações. Com isto, a primeira universidade moderna surgiu na França, guiada pelo positivismo político segundo a agenda política de Napoleão Bonaparte (1769–1821). Por isto, a universidade francesa tinha o papel de unificar o país e as suas colônias no plano cultural e político, de modo que criou um modelo baseado na racionalidade burocrática e ciência. O contexto inglês, é caracterizado por uma variedade de instituições universitárias, que muitas das quais são assentadas em valores aristocráticos, tendo como Oxford e Cambridge os seus modelos de excelência. Estas duas instituições tinham o papel de formadora da classe dirigente, assim, “ensinar-lhes a tratar-se entre si com elegância e ao povo com a conveniente urbanidade e distância” (RIBEIRO, 1969, p. 45). Contudo, a Revolução Industrial forçou uma modificação na estrutura universitária, propiciando a abertura de universidades especificamente orientadas para as necessidades industriais que tinham como princípio base a ciência e a tecnologia. Cumpre notar, que estas novas instituições tinham a função de manter a ordem social, uma vez que eram voltadas para as classes intermediárias e baixas, e a formação para ocupações práticas. Ao passo que Oxford e Cambridge se destinavam aos aristocratas e o cultivo do saber de alto padrão (RIBEIRO, 1969, p. 46).

Darcy (1969, p. 47–48) mostrou que a universidade alemã, ao fim do século XIX, precisou realizar um esforço orientado para atingir a renovação tecnológica que os outros países atingiram de forma mais ou menos espontânea. Assim, surgiu a universidade de perfil autônomo e nacionalista, que enfatiza as pesquisas empírico-dedutivas, e também projetava a integração nacional. Esta foi a instituição que preparou os pilares da industrialização alemã que se intensificou poucas décadas depois (RIBEIRO, 1969, p. 48). Por isto, a sua defesa vívida da criação de um modelo universitário inteiramente novo, e vocacionado para o desenvolvimento tecnológico na América Latina: dirimir as etapas socioculturais que os países latino-americanos estavam atrasados ao seu ver, e

proporcionar ou desenvolvimento tecnológico e emancipação cultural.

Com o fim do exílio, Darcy Ribeiro retornou definitivamente ao Brasil em outubro de 1976. Este processo foi acelerado pelo seu primeiro diagnóstico de câncer em 1975. Novamente no Brasil, em 1980 voltou a lecionar na Universidade Federal do Rio de Janeiro, desta vez, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Esta mesma década, marca também o seu retorno à vida pública nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais em torno da educação e cultura. Há de se destacar também, que esta foi a fase na qual se intensificaram as publicações das obras de cunho biográfico. De modo que a sua então esposa, Berta Gleizer Ribeiro (1941–1997), “foi responsável pela revisão, tradução e catalogação das diversas cartas, obras e dos documentos reunidos ao longo da trajetória de Darcy, que culminaram na construção da Fundar” (RODRIGUES, 2022b, p. 27).

A Fundar (Fundação Darcy Ribeiro) é acervo documental instituído por Darcy em 1996 com sedes no Rio de Janeiro, e na UnB, que contém as suas memórias (cartas, e documentos institucionais de vários tipos), bem como toda a sua biblioteca. Portanto, foram criadas as condições para que as atividades político-intelectuais de Darcy fossem lembradas, e continuadas por colaboradores e admiradores, tornando-o capaz de superar o tempo e a morte (HEYMANN, 2012, p. 262–263).

A CONSTRUÇÃO DE UMA BIOGRAFIA

A historiadora Carolina Brito (2017, p. 25) mostra a importância dos arquivos pessoais de Darcy Ribeiro para compreender as narrativas e a trajetória do antropólogo no decurso dos anos. De modo que este acervo reforça a ideia que Darcy difundiu em sua biografia de que possuía muitas “peles”, isto é, as diferentes frentes que atuou ao longo da sua carreira.

Brito (2017, p. 52) mostra que a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) teve uma mudança no seu projeto científico com a chegada de Donald Pierson, pois o sociólogo estadunidense trouxe uma base acadêmica que a instituição não tinha para atender o propósito da instituição: ser um espaço para formação de elites técnicas. Ou seja, sociólogos profissionais. Este foi o cenário de criação da pós-

graduação da instituição em 1941. Darcy se formou em 1947, poucos anos após a implementação da pós-graduação, e foi escolhido para ser o orador da cerimônia de formatura. A autora (2017, p. 60–61) revela que apesar de Darcy ter exercido o papel de liderança perante os colegas em razão da sua militância, no plano acadêmico, a sua trajetória foi mediana, e sempre apresentou uma “aprovação simples” em seu histórico curricular.

Brito (2017, p. 66) desvela o argumento Darcy utilizado para ser impeditivo do prosseguimento da sua carreira acadêmica, ser parte da militância do Partido Comunista Brasileiro (PCB) não foi um fator decisivo para a não continuidade na formação acadêmica. Isto porque a militância de cientistas sociais e outros intelectuais brasileiros no PCB no pós–segunda Guerra Mundial, era algo comum. Outros nomes da ESLP como Florestan Fernandes (1920–1995)⁶ e Oracy Nogueira (1917–1996)⁷ continuaram a sua formação acadêmica paralelamente à militância. Darcy Ribeiro (2013) ao refletir sobre a sua carreira acadêmica argumenta,

Nunca fui um exemplificador servil, com material local, de teses de mestre algum. Assinalo isto porque constituí justamente o oposto da postura corrente. A maioria dos nossos pesquisadores assume uma atitude seguidista que faz de suas pesquisas meras operações de comprovação das teses em moda na antropologia metropolitana, só visando a redigir seu discurso doutoral, sem qualquer compromisso etnográfico nem indigenista. O resultado é a reiteração do já sabido e o desperdício de preciosas oportunidades de ampliar o conhecimento da etnografia brasileira enquanto isso é praticável e de exercer o ofício de antropólogo com fidelidade aos povos que estuda (RIBEIRO, 2013, p. 41).

Contudo, Brito (2017, p. 66) mostra que apesar de não ter seguido para o mestrado e doutorado como os seus colegas de graduação, Darcy, no período em que esteve na ELSP, era dono de “uma disciplina acadêmica”, característica muito contrastante da faceta de “indisciplina” que o antropólogo construiu posteriormente.

⁶ Em 1945 obteve título de Mestre em Sociologia pela ELSP, e se doutorou em 1951 pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

⁷ Em 1945 obteve o título de Mestre em Sociologia pela ELSP, em 1947 o título de Doutor em Sociologia pela Universidade de Chicago nos Estados Unidos da América.

A autora (2017, p. 67), ao contrastar a carreira de Florestan e Darcy, em virtude de eles terem se graduado na mesma instituição, e terem atribuído um grande rigor científico em sua formação, mostra como a disciplina acadêmica esteve presente na trajetória do antropólogo mineiro. Pois, ainda que Darcy não tenha feito mestrado e doutorado, trabalhando no SPI ele desenvolveu aproximadamente 10 anos de estudos e publicações antropológicas segundo as orientações de Baldus. Logo,

o jovem Darcy Ribeiro, almejou em certa medida uma inserção acadêmica, verificada especialmente a partir da relação com Herbert Baldus, que teve continuidade após a conclusão do curso de bacharelado na referida instituição (BRITO, 2017, p. 67).

Por um lado, o jovem Darcy começou a sua trajetória enquanto um aluno academicamente disciplinado. O resultado foi a indicação de Baldus para o cargo de naturalista sob a chefia de Rondon, dando início a carreira do antropólogo mineiro (BRITO, 2017, p. 74). Por outro, ao longo do tempo em que atuou no SPI, absorveu os moldes e valores do discurso de Estado, inspirados nas formas de ação e valores de Rondon (LIMA, 1992). Sendo assim,

a orientação sistemática realizada por Baldus, sobretudo ao desenvolvimento acadêmico de Darcy Ribeiro, nos apresenta um Darcy disciplinado e em plena formação intelectual e institucional em torno da prática etnológica no âmbito do SPI (BRITO, 2017, p. 75).

Os frutos da disciplina acadêmica de Darcy Ribeiro foram a indicação para o cargo de naturalista no Serviço de Proteção aos Índios – possibilitando-o elaborar a sua obra etnológica – e o recebimento do Prêmio Fábio Prado de Ensaio, pode-se dizer, que foi a sua ‘coroação’ enquanto acadêmico na década de 1950. Uma vez com o seu nome reconhecido entre outros intelectuais brasileiros na liderança de iniciativas políticas, como o educador Anísio Teixeira; Darcy pôde mobilizar o capital simbólico cultural adquirido no SPI para pleitear espaços em outras frentes de trabalho. Sendo assim, foi convidado para participar do Projeto UNESCO em 1956, e liderar o DEPS (órgão subordinado ao CBPE), e o projeto de implementação da UnB. Estes cargos, em pouco

tempo abriram as portas para carreira política partidária. No entanto, um Darcy mais velho, e com a imagem já consolidada nas ciências sociais e política brasileira, atribuiu estes resultados a uma ideia de irreverência perante as normas. Uma certa 'indisciplina' intelectual (BOMENY, 2001). Portanto, corroborando para o fortalecimento da sua imagem de homem público multifacetado capaz de contornar os caminhos tradicionais, de modo a obter êxito nos empreendimentos político-intelectuais em que se envolveu.

CONCLUSÃO

Localizar Darcy Ribeiro no eixo das relações entre Estado e sociedade, segundo o molde proposto por André Botelho e Gabriela Nunes Ferreira (2022), uma abordagem amplamente utilizada no pensamento social brasileiro, é um enquadramento produtivo para investigar a trajetória político-intelectual do antropólogo mineiro sob novos olhares.

Com isto, visto a sua longa produção intelectual, e os distintos papéis políticos e o desejo de construir um legado, ainda expresso em vida (HEYMANN, 2012), este trabalho utilizou o conceito de aclimatação proposto por Antonio Brasil Jr. (2013) durante o processo de revisão de literatura. Assim, por meio da escolha de obras mais representativas na definição dos rumos da trajetória darcyniana, pôde-se observar os momentos decisivos da trajetória em direção à posição de homem público. Por isso, foram selecionados os textos 'A política indigenista' (1962) e 'A Universidade Necessária' (1969), uma vez que eles expressam a adesão de Darcy à agenda política. Com isto, o objetivo perseguido foi responder a hipótese que Darcy Ribeiro utilizou as posições de prestígio e poder que ocupou para construção de uma biografia apologética.

Ao longo do texto foi demonstrado que na primeira fase da sua carreira, enquanto etnólogo, Darcy incorporou o discurso messiânico do Rondon no SPI, conseguiu visibilidade no campo antropológico por de modo que após ter ganho o Prêmio Fábio Prado de Ensaio (1950). Depois disso, participou de outras atividades culturais ligadas a antropologia como a criação do Museu do Índio em 1953; Parque Indígena do Xingu (1954–57) e da pós-graduação de Antropologia Cultural no Museu Nacional (1955).

Depois da crise no SPI em 1957, Darcy deixou a instituição e, na sequência a convite de Anísio Teixeira, migrou para o campo educacional. De modo que em 1957, se juntou ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) para dirigir a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS). Pouco tempo depois, por meio da pauta educacional e o seu envolvimento com o projeto de criação e implementação da Universidade de Brasília (UnB), alçou cargos na política partidária nos cargos de Ministro da Educação e Cultura e Chefe da Casa Civil em 1962.

Com isto, foi confirmada a hipótese levantada neste trabalho, uma vez que Darcy utilizou esses recursos para a consolidar a sua trajetória político-intelectual, no sentido de controlar a narrativa a respeito dos seus feitos. Como destacado por Luciana Quillet Heymann (2012), ainda em vida, Darcy Ribeiro contribuiu conscientemente para a criação de um arquivo, isto é, uma biografia que permitisse a continuação do seu legado. A narrativa sobre um homem público imbuído de um compromisso político maior, a transformação da sociedade brasileira. Criando, portanto, uma coerência interna em torno da sua obra e biografia para legitimar as suas escolhas e ações (RODRIGUES, 2022a).

Logo, isto fundamentou a sua cisão com a agenda acadêmica da época: a opção eminentemente política de Darcy em produzir um conhecimento engajado e concatenado a sua agenda pública. Recorreu ao argumento de que era um intelectual 'indisciplinado' (BOMENY, 2001) para justificar esta escolha. No entanto, no momento em que se graduou, manteve um profundo diálogo com seu orientador Herbert Baldus, e as principais interpretações antropológicas existentes na academia na época, ou seja, academicamente disciplinado (BRITO, 2017). O elemento que explica o rompimento de Darcy com a academia, é que a tradição na qual ele se formou deixou de ser dominante na universidade. O que nos leva inferir que, não desejando reorientar a sua produção intelectual, optou por apostar em uma maior politização das ciências sociais, segundo a ideia de superação dos problemas da realidade nacional.

Portanto, esta escolha o afastou do *mainstream* da antropologia brasileira, que aos seus olhos, era de descomprometida com a realidade nacional. Em outras palavras, a construção de uma narrativa que corrobora para a idealização da sua biografia de um grande homem público: o sacrifício da carreira intelectual

DARCY RIBEIRO: A BIOGRAFIA DE UM HOMEM PÚBLICO (1962–1969)

promissora nos moldes tradicionais, em nome de um compromisso maior para com o povo brasileiro. E não enquanto um conjunto de escolhas conscientes feitas por ele ao longo de sua carreira que o afastaram deste espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÔAS, Gláucia Villas. **Mudança provocada**: Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. 1º. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 180 p.

BOMENY, Helena. **Darcy Ribeiro**: sociologia de um indisciplinado. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. 284 p.

BOTELHO, André. **O retorno da sociedade**: política e interpretações do Brasil. Petrópolis: Vozes, 2019. 297 p.

BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes. Estado e sociedade no Brasil: um encontro adiado com a democracia. **Estudos Avançados**, São Paulo, 2022. p. 43–64. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/b7Cw58sCajqDQn5wsgYGcVj>>. Acesso em: 7 jan. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. 234 p.

BRASIL JR., Antonio. As ideias como forças sociais: sobre uma agenda de pesquisa. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 05.02, p. 553–574, agosto 2015. Disponível em: <http://www.sociologiaeantropologia.com.br/wp-content/uploads/2015/09/v5n02_10.pdf>. Acesso em: 3 maio 2021.

BRASIL JR., Antonio. **Passagens para a teoria sociológica**: Florestan Fernandes e Gino Germani. São Paulo: Hucitec, 2013. 304 p.

BRITO, Carolina Arouca Gomes de. **Antropologia de um jovem disciplinado**: a trajetória de Darcy Ribeiro no serviço de proteção aos índios (1947–1956). Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2017. 198 p.

CORRÊA, Mariza. **Traficantes do simbólico e outros ensaios sobre a história da antropologia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. 472 p.

FREITAS, Marcos César de. **História, Antropologia e a pesquisa educacional. Itinerários intelectuais**. 2º. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 118 p.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira. O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais na gestão do intelectual Anísio Teixeira: da consolidação ao declínio institucional (1955–1964). **Revista Periferia, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas – PPGCECC/UERJ**. v.7 n.1, p. 140–159, jan.–jun. 2015. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/21975>>. Acesso em: 26 ago. 2023.

HEYMANN, Luciana Quillet. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, p. 261–282, jan.–mar. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/HQwqFxFk3sPZ56hjjjXCFWM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 8 jan. 2023.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995. 335 p.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. 3º reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 440 p.

RIBEIRO, Darcy. Cândido Mariano da Silva Rondon. **Revista de Antropologia**, 6(2), São Paulo, 1958, p. 97–103. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1958.110382>> Acesso em 28 fev. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola/Ministério da Cultura, 1962. 178 p.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A, 1969. 284 p.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 7º. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 559 p.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 467 p.

RIBEIRO, Darcy. **Falando dos índios**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, D.F Editora UnB, 2010. 112 p.

DARCY RIBEIRO: A BIOGRAFIA DE UM HOMEM PÚBLICO (1962–1969)

RIBEIRO, Darcy. (org.). **Universidade de Brasília**: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. 160 p.

RIBEIRO, Darcy. **Testemunho**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013a. 307 p.

RIBEIRO, Darcy. **Teoria do Brasil**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013b. 116 p.

RODRIGUES, Luiz Otávio Pereira. **Antropologia do Compromisso: a ciência e a política de Darcy Ribeiro**. Niterói: Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 2022a. 91 p.

RODRIGUES, Luiz Otávio Pereira. Cosmopolitismo Latino-Americano: Darcy Ribeiro no exílio a descoberta do singular. **Revista Discente Planície Científica**, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 4, n. 1, jan./jul. 2022b. p. 23–42. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/planiciecientifica/article/view/54652>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

RODRIGUES, Luiz Otávio Pereira. **Darcy Ribeiro e a Antropologia da Educação no Brasil**: um itinerário político-intelectual. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro: Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, 2022c. 85 p.

XAVIER, Libânia Nacif. **O Brasil como laboratório – educação e ciências sociais no projeto do centro brasileiro de pesquisas educacionais**. Bragança Paulista: IFAN/CPAPH/EDUSF, 1999. 281 p.